



Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas

Rua Juvenal Lamartine, 200 – Centro – 59374-000 – Carnaúba dos
Dantas-RN - ☎ (0__84) 479-2479/2312

CNPJ 08.088.254/0001-15 E-mail: pmcdantas@hotmail.com

LEI MUNICIPAL 490

DE 08 DE JULHO DE 2004

LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas

Rua Juvenal Lamartine, 200 – Centro – 59374-000 – Carnaúba dos Dantas-RN - ☎ (0__84) 479-2479/2312

CNPJ 08.088.254/0001-15 E-mail: pmcdantas@hotmail.com

LEI N° 490

Em, 08 de julho de 2004.

Dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do Município para o exercício de 2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAUBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ELE sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município, tendo pôr objetivo a elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2005, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e.
- VI - as disposições gerais.

Parágrafo Único – Em conformidade com o Artigo 63, Inciso III, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo dispensado de apresentar junto a esta Lei, o anexo de que trata o seu Artigo 4º, Parágrafo 1º.

CAPÍTULO II Das Definições

Art. 2º. - As definições dos termos e os conceitos constantes da presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 e na Portaria SOF n.º 42/99.

Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária, serão obedecidos os princípios da unidade, universidade, anualidade e exclusividade.

CAPÍTULO III
Do Orçamento Municipal

SEÇÃO I
Do equilíbrio

Art. 3º. - Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2005, será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas, serem superiores ao das receitas previstas.

Art. 4º. - A avaliação dos resultados dos programas, de que trata a Alínea “E”, do Inciso I, do Artigo 4º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, será realizada a cada semestre, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas.

Art. 5º. - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2005, será composta das seguintes peças:

I - texto da lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários; e

III - anexos, compreendendo os orçamentos fiscais e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

- a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
- b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal (Artigo 212);
- c) recursos destinados à promoção da criança e do adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo Conselho;
- d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e) natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Município;
- f) despesa pôr fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Município;
- g) receitas e despesas por categorias econômicas;
- h) evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores a 2004, bem como a receita prevista para este exercício;
- i) despesas fixadas e consolidadas ao nível de categoria econômica, sub-categoria, elemento e sub-elemento;
- j) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-função, programa, sub-programa, projetos e atividades;
- k) consolidado por funções, programas e sub-programas;
- l) consolidado pôr funções, programas e sub-programas, evidenciado os recursos vinculados;
- m) despesas por órgãos e funções;
- n) despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- o) despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
- p) recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde;
- q) recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF; e
- r) especificação da legislação da receita.



Parágrafo 1º - Na estimativa das receitas considerar-se-á tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2004, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2005 e as disposições da presente Lei.

Parágrafo 2º - As despesas e as receitas do orçamento anual, serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o “déficit” ou “superávit” corrente, conforme for o caso.

Art. 6º. - No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2005, também conterà autorização para abertura de créditos adicionais, a autorização para remanejamentos de valores e a realização de operação de créditos.

Art. 7º. - O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e fundacional.

Art. 8º. - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (Artigo 166, Parágrafo 3º, II, “a”, “b”, “c”, e Parágrafo 4º), devendo ser devolvida devidamente consolidada, para sanção do Poder Executivo, na forma de Lei.

Art. 9º. - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária.

Art. 10 - O Poder Executivo Municipal, até 31 de janeiro de 2005, regulamentará por Decreto, a programação financeira das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso.

SEÇÃO II

Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 11 - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada pôr unidade orçamentária, expressa pôr categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento, conforme a seguir discriminados:

I – o orçamento a que pertence;

1. fiscal;
2. seguridade social.

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) DESPESAS CORRENTES:

- 1 - pessoal e encargos sociais;
- 2 - juros e encargos da dívida;
- 3 - outras despesas correntes;

b) DESPESAS DE CAPITAL:

- 4 - investimentos;
- 5 - inversões financeiras;
- 6 - amortização e refinanciamento da dívida;
- 7 – outras despesas de capital



Parágrafo 1º - A classificação a que se refere este artigo correspondente aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.

Parágrafo 2º - As categorias de programação de que trata o “caput” deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964 (Artigo 8º, Parágrafo 2º, e no Anexo V).

Parágrafo 3º - As despesas terão como prioridades, os projetos ou ações elencadas no Anexo I a esta Lei.

Art. 12 – As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais, dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição e justificativa.

Art. 13 – Constará na proposta orçamentária, a reserva de contingência para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a 10 % (dez por cento) das Receitas Correntes Líquidas.

CAPÍTULO IV Das Receitas

Art. 14 – A estimativa da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, (Seções I e II, do Capítulo III, Artigos. 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2004.

Parágrafo 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2005 serão levados em consideração para efeito de previsão, os seguintes fatores:

- I. efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II. variação de índices de preços;
- III. crescimento econômico; e
- IV. evolução da receita nos últimos três anos.

Parágrafo 2º - A reestimativa da receita por parte de Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos da Lei Federal Complementar nº 101/2000. (Artigo 12, Parágrafo 1º).

Art. 15 - Não será permitido, no exercício de 2005, a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita sem que haja a devida anulação de despesas durante o exercício financeiro em igual valor, observando-se sempre o equilíbrio financeiro e a relação custo/benefício.

CAPÍTULO V Das Despesas

Seção I Das Despesas com Pessoal

Art. 16 - Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art.17 - O Poder Executivo Municipal publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo da execução orçamentária do período.



Parágrafo 1º - As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Parágrafo 2º - Caberá ao Setor de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.

Art. 18 - Para atendimento das disposições do Artigo 7º, da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.1996, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono salarial aos professores e profissionais do ensino fundamental, utilizando os recursos do FUNDEF.

Art. 19 - A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata a Constituição Federal, (Artigo 37, inciso X), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, para o exercício de 2005, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art. 20 - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25.

Seção II Das Despesas Irrelevantes

Art. 21 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no Artigo 16º, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, as despesas com manutenção do patrimônio municipal, e a manutenção dos programas e ações desenvolvidas pelo Poder Executivo, quando voltadas para o aspecto social.

Seção III Das Despesas com Convênios

Art. 22 - O ente municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:

- I. seja aprovado previamente o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações;
- II. seja aprovado previamente o cronograma de desembolso,
- III. a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no Plano Plurianual de Investimentos;
- IV. seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;
- V. haja a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
- VI. sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Seção IV Das Despesas com Novos Projetos

Art. 23 - O Poder Executivo somente incluirá novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada se:

 5

- I. houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II. estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- III. estiverem perfeitamente definidas suas fontes de recursos;
- IV. os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

CAPÍTULO VI

Dos Repasses a Instituições Públicas e Privadas

Art. 24 - Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o exercício de 2005, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 e ainda, aos dispositivos seguintes:

- I. que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no conselho Nacional de Assistência Social -CNAS;
- II. que haja lei específica, autorizativa da subvenção;
- III. que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao Setor Financeiro da Prefeitura, na conformidade do Parágrafo Único, do Artigo 70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98.
- IV. que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- V. que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 30 de setembro de 2004;
- VI. que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme Artigo 195, Parágrafo 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município, e
- VII. não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

Parágrafo Único - Não poderá constar na Proposta orçamentária para o Exercício de 2005, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos I, II, III, IV e V do presente artigo.

CAPÍTULO VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 25 - Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por Decreto do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do "caput" deste artigo, desde que não comprometidos, como sendo:

- I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. os provenientes do excesso de arrecadação;
- III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
- IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
- V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.



Art. 26 - As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária.

Art. 27 - As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentados com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 28 - Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício de 2005, poderão ser reaberto ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização
SEÇÃO I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Art. 29 - Até o final dos meses de julho e fevereiro, o Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada semestre, em audiência pública junto o Conselho de Gestão Fiscal.

Art. 30 - O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá atender, no prazo de sete dias úteis, contados da data do recebimento, às solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

SEÇÃO II
Da Limitação do Empenho

Art. 31 - Se verificado ao final do bimestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, pôr atos próprios e nos montantes necessários, promoverão nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e de movimentação financeira.

Parágrafo Único - A limitação do empenho iniciará nas despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no "caput", será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

Art. 32 - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado e com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o art. 45 da LRF.

CAPÍTULO IX
Das Vedações

Art. 33 - Serão consideradas não autorizadas, irregulares, e lesivas ao patrimônio público a gestão de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com a Lei Federal Complementar no 101/2000 (Artigo 15), quando desacompanhadas de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

 7

Art.34 - É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades, que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito publico ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

Parágrafo Único —Além da limitação definida no “caput” não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I. atividades e propagandas político-partidárias,
- II. objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;
- III. obras de grande porte, sem comprovada e clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
- IV. auxílios à entidade privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO X

Das Dívidas

SEÇÃO ÚNICA

Da Dívida Fundada Interna

SUB-SEÇÃO I

Dos Precatórios

Art. 35 - Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2005, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos Parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2004, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2005, conforme determina a Constituição Federal (Artigo 100, Parágrafo 1º).

Parágrafo 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

SUB-SEÇÃO II

Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Art. 36 - A lei orçamentaria garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

§ Único - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da dívida fundada interna.

CAPÍTULO XI

Do Plano Plurianual

Art. 37 - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2005, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com afiação de despesas, em função da limitação de recursos.

Art. 38 - Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente, poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2005.



Art. 39 - A inclusão de novos projetos no plano plurianual de investimentos, dependerá de lei específica.

CAPITULO XII Das Disposições Gerais e Transitórias

SEÇÃO I Dos Prazos

Art. 40 - A proposta orçamentária para o exercício de 2005, será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único - Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no “caput”, o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2004.

Art. 41 - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2005, será entregue ao Poder Executivo até 1º de setembro de 2004, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Art. 42 - Na proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2005, será observada as limitações previstas na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO II Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 43 - Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2005, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo até dezembro de 2004.

Art. 44 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

- I. Poder Executivo, até 1º de setembro de 2004, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, e
- II. Poder Legislativo, junto a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único. As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 45 - A prestação de contas anual do município incluirá o relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

SEÇÃO III Do Resultado Primário

Art. 46 - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, o Município deverá perseguir resultado primário positivo para o exercício financeiro de 2005, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.



Parágrafo único. Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

Art. 47 – A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação, ou a assunção destas diretamente pelo Município, somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da LRF.

SEÇÃO IV
Da Participação Popular

Art. 48 – Será assegurado aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta (art. 48 da LRF).

§ Único – Será observado durante o processo de elaboração e execução do orçamento de 2005, o princípio da publicidade.

Art. 49 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Carnaúba dos Dantas/RN, em 08 de julho de 2004.


PANTALEÃO ESTEVAM DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas

Rua Juvenal Lamartine, 200 – Centro – 59374-000 – Carnaúba dos Dantas-RN - ☎ (0__84) 479-2479/2312

CNPJ 08.088.254/0001-15 E-mail: pmcdantas@hotmail.com

ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES A SEREM PRIORIZADAS

I - ORÇAMENTO FISCAL

1.0 – Legislativo

1.0.1 – Garantir a manutenção das atividades do Poder Legislativo;

1.1- Administração

- 1.1.1 -Promover política de valorização do servidor pública municipal;
- 1.1.2 -Desenvolver programas de capacitação, treinamento, e reciclagem do servidor;
- 1.1.3 -Otimizar os serviços de informatização;
- 1.1.4 -Racionalizar os gastos do município;
- 1.1.5 -Modernizar a administração municipal,
- 1.1.6 -Recuperar as receitas municipais; e
- 1.1.7 -Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático.
- 1.1.8 – Promover concurso público para agente administrativo, técnico de nível superior, administrador, operador de micro, vigilante, recepcionista, motorista e telefonista.

1.2 Saneamento

- 1.2.1 -Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
- 1.2.2 -Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- 1.2.3 -Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos; e
- 1.2.4 -Implantar programas de gerenciamento integrado dos recursos líquidos.
- 1.2.5 - Construção de galerias e/ou rede de esgotamento para coleta de esgotos sanitários;
- 1.2.6 – Implementação e manutenção de lagoa de tratamento de esgotos sanitários.

1.3 - Educação

- 1.3.1 -Manter o Programa da Merenda Escolar;
- 1.3.2 -Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
- 1.3.3 -Desenvolver programas educativos sobre meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
- 1.3.4 -Aumentar as vagas escolares;
- 1.3.5 -Estimular a prática esportiva nas escolas;
- 1.3.6 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa, treinamento e reciclagem profissional da educação;
- 1.3.7 -Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;
- 1.3.8 -Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental;
- 1.3.9 -Integrar as creches e pré-escola ao Sistema Municipal de Ensino;
- 1.3.10 -Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares;
- 1.3.11 -Implementar programas e ações de Governo, no sentido de fortalecer o FUNDEF;
- 1.3.12 – Criar a Bolsa Escola em parceria com o Governo Federal;
- 1.3.13 – Manter o PDDE;
- 1.3.14 - Promover o hábito de leitura criando salas específicas;
- 1.3.15 - Implantar o PCN – Plano Curricular Nacional;
- 1.3.16 -Expandir o esporte, com novas construções de quadras;
- 1.3.17 - criar programas de esportes nas escolas, como forma de incentivar a sua prática;
- 1.3.18 - Implementar o transporte escolar, com novas aquisições de transportes;

- 1.3.19 - Construir e ampliar escolas no município;
- 1.3.20 - Ampliar a sede da Secretaria de Educação do Município e reequipa-la;
- 1.3.21 - Promover projetos que viabilizem a redução da repetência e evasão escolar;
- 1.3.22 - Garantir o acesso de portadores de necessidades aos prédios públicos;
- 1.3.23 - Promover concurso público para professor com nível superior (por áreas específicas: Letras, Português e Inglês; Matemática; Educação Física; Geografia; História; Biologia), especialista em Educação(Pedagogia), Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil, auxiliar de Administração Escolar, Operador de Micro e Auxiliar de Serviços Gerais;
- 1.3.24 - Estimular a prática esportiva nas escolas, com a presença de técnico na área esportiva;
- 1.3.25 - Criar laboratórios de Informática, Iniciação às Ciências Naturais, História do Município e Música;
- 1.3.26 - Construção de biblioteca para atendimento às escolas e ao público, com acervo;
- 1.3.27 - Incentivar os jovens estudantes a desenvolver pesquisas (criação de bolsas para pesquisas).

1.4 – Cultura e Turismo

- 1.4.1 -Implantar projetos culturais, sobretudo de valorização do folclore e artesanato;
- 1.4.2 -Resgatar e preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
- 1.4.3 - Implantar calendário turístico e cultural do Município;
- 1.4.4 – Construção e equipamento de centros de lazer e turismo;
- 1.4.5 – Criar bolsas de estudo e pesquisa para estudantes que demonstrem aptidão para desenvolver pesquisa nas áreas afins e cultura local;
- 1.4.6 – Preservar o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Carnaúba dos Dantas, como praças, monumentos, prédios de valor arquitetônico, igrejas, Monte do Galo, Sítios Arqueológicos, que sejam tombados ou não pelo Patrimônio Histórico do Município, Estado ou União.

1.5 – Obras e Serviços Urbanos

- 1.5.1 -Reurbanizações de Praças e Avenidas;
- 1.5.2 -Construção de Terminal Rodoviário;
- 1.5.3 -Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
- 1.5.4 -Ampliar e manter cemitérios públicos;
- 1.5.5 - Implantar central do Produtor Rural;
- 1.5.6 - Pavimentação de Ruas e Avenidas;
- 1.5.7 - Construção de Abatedouro Industrial;
- 1.5.8 - Expansão de rede elétrica urbana e rural;
- 1.5.9 - Construção de Pórtico de entrada da Cidade;
- 1.5.10 - Promover concurso;
- 1.5.11 - Construção de cemitério no Povoado Ermo;
- 1.5.12 - Pavimentação das ruas do Povoado Rajada e em volta da Capela de Santo Antonio;
- 1.5.13 - Construção de praça no Povoado Rajada;
- 1.5.14 - Pavimentação de ruas do Povoado Ermo;
- 1.5.15 - Pavimentação das ruas Antonio Justino Dantas, Frei Damião, Cesário Cândido, Elita Dantas, Dona Clívia Marinho Lopes e outras não pavimentadas;
- 1.5.16 - Promover concurso público para auxiliar de manutenção, operador de micro, fiscal de obras, vigilante, servente de pedreiro, coveiro, motorista e tratorista.

1.6 - Habitação

- 1.6.1. -Incentivar políticas de habitação;
- 1.6.2 - Implantar programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda.
- 1.6.3 – Implementar programa de melhorias habitacionais em sistema de mutirão.

1.7 – Esporte e Lazer

- 1.7.1 - Apoiar a prática esportiva comunitária;
- 1.7.2 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos e culturais; e
- 1.7.3 - Construir manter e recuperar quadras de esportes;
- 1.7.4 – Construir quadras esportivas e campos de futebol nas zonas urbana e rural;
- 1.7.5 – Incentivar os jovens à prática do esporte, oferecendo condições para participar de certames esportivos fora do município;
- 1.7.6 – Construção de campos de futebol em locais estratégicos para oferecer a juventude à prática futebolística.

1.8 – Agricultura

- 1.8.1 - Implantar projetos ambientais nas áreas do município;
- 1.8.2 - Perfurações de Poços tubulares e recuperações destes;
- 1.8.3 - Construções de açudes, barragens e mini adutoras;
- 1.8.4 - Programa de Recuperação, conservação e correção do solo;
- 1.8.5 - Programas de corte de terras ao pequeno agricultor rural e distribuição de sementes;
- 1.8.6 - Construção de passagens molhadas e de barragens submersas;
- 1.8.7 - Reflorestamento, recuperação de matas ciliares e assoreamentos dos rios;
- 1.8.8 - Implantação de hortas comunitárias;
- 1.8.9 - Implantação de projetos de caprinocultura, bovinocultura, ovinocultura e pisciculturas;
- 1.8.10 - Campanhas municipais de vacinação do rebanho bovino, suíno, caprino e ovino;
- 1.8.11 - Ampliação e reequipamento do centro de eventos agropecuários;
- 1.8.12 - Construção do centro de manejo de bovino e outros animais.
- 1.8.13 - Construção de Mata-Burros.
- 1.8.14 - Criação, por lei, da Gerência de Agricultura;
- 1.8.15 - Criação das Coordenações de Agricultura e do Meio Ambiente;
- 1.8.16 - Promover concurso público para Técnico Agrícola (nível superior), agrônomo e médico veterinário;
- 1.8.17 - Arborização com árvores frutíferas e outras árvores nativas que dêem sombra o ano inteiro na zona urbana;
- 1.8.18 - Implementação de tanques para piscicultura no uso do rejeito dos dessalinizadores nas comunidades rurais;
- 1.8.19 - Construção de barragens submersas seqüenciadas para garantir o sustento do lençol freático no leito do rio;
- 1.8.20 - Criar programa que revitalize o solo para melhorar a produção agrícola rural;
- 1.8.21 - Garantia de não uso abusivo de agrotóxicos, em especial nos rios, açudes e mananciais;
- 1.8.22 - Criação de um Centro de Eventos Agropecuários, com a instalação de Sala do Agricultor Familiar e Central de Abastecimento;
- 1.8.23 - Campanha de Vacinação para rebanho bovino, suíno, caprino, ovino e aves

1.9 – Transporte

- 1.9.2 - Promover a conservação das ruas e estradas vicinais;
- 1.9.3 - Manutenção e Conservação da frota Municipal;

1.10 - Limpeza Urbana

- 1.10.1 - Promover a limpeza urbana em ruas e logradouros;
- 1.10.2 - Implantar programas de incentivo profissional para produção de reciclagem do lixo;
- 1.10.3 - Manter um aterro sanitário controlado;
- 1.11.4 - Adquirir carros coletores, tratores e carroções;
- 1.12.5 - Construção de Usina de Reciclagem de lixo;
- 1.12.6 - Promover limpeza nos Povoados Rajada e Ermo;
- 1.12.7 - Promover concurso público para gari.

1.11 -Finanças

- 1.11.1 - Modernizar e informatizar os sistemas de arrecadação e tributação do Município,
- 1.11.2 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores; e
- 1.11.3 - Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte e diminuir os níveis de inadimplência.



II - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 - Saúde

- 2.1.1 - Dar continuidade ao processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
- 2.1.2 - Dar continuidade ao Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional;
- 2.1.3 - Promover ações básicas de saúde e saneamento;
- 2.1.4 - Promover campanhas de combate e controle as epidemias e endemias;
- 2.1.5 - Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
- 2.1.6 - Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
- 2.1.7 - Manter e recuperar veículos e equipamentos;
- 2.1.8 - Garantir as condições materiais à execução de saúde especiais de apoio à criança, ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.1.9 - Ampliar a assistência odontológica;
- 2.1.10 - Implantação e expansão de saneamento básico;
- 2.1.11 - Formação, melhoria e reciclagem dos recursos humanos disponíveis;
- 2.1.12 - Apoio e incentivo aos Agentes Comunitários de Saúde;
- 2.1.13 - Aquisição de trailer odontomédico;
- 2.1.14 - Implantação do sistema pré-hospitalar;
- 2.1.15 - Construção reequipamento e ampliação de postos de saúde;
- 2.1.16 - Implantação de centro de diagnóstico.
- 2.1.17 - Melhoria e ampliação de laboratório;
- 2.1.18 - Desenvolvimento de ações de saúde reprodutiva;
- 2.1.19 - Programas de combate às carências nutricionais em geral;
- 2.1.20 - Assistência farmacêutica;
- 2.1.21 - Implantação de Consórcio Intermunicipal de saúde;
- 2.1.22 - Priorizar ações de expansão do saneamento básico;
- 2.1.23 - Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência e emergência, com compra e manutenção de equipamentos de oxigênio;
- 2.1.24 - Promover concurso público para atendente de odontologia, auxiliar e técnico de enfermagem, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, telefonista, clínico-geral, ginecologista, ortopedista, cardiologista, fisioterapeuta, assistente social, enfermeiro, odontólogo, nutricionista, farmacêutico e psicólogo.

2.2 - Assistência Social

- 2.2.1 - Promover programas de ampliação dos canais institucionais de participação;
- 2.2.2 - Promover programas especiais de apoio à criança e ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.2.3 - Incrementar o Programa de Apoio à Gestante;
- 2.2.4 - Manter e melhorar a qualidade do serviço de creches;
- 2.2.5 - Combater a prostituição e ao uso de drogas infanto-juvenil; e
- 2.2.6 - Promover educação profissional para a população.
- 2.2.7 - Desenvolver ações de combate à pobreza;
- 2.2.8 - Promover assistência às famílias carentes no âmbito habitacional com distribuição de Kits de Construção; Construção, reconstrução e melhorias habitacionais de casas populares;
- 2.2.9 - Erradicação do trabalho infantil;
- 2.2.10 - Assistência emergencial no combate a fome e as condições de vida das pessoas;
- 2.2.11 - Capacitação de recursos humanos;
- 2.2.12 - Promover concurso público para assistente social, psicólogo, recepcionista, operador de micro e auxiliar de serviços gerais.

